



Genebaldo, já afastado da liderança do PMDB, está em situação difícil

Genebaldo: renda não cobre cheques

DENISE ROTHENBURG e
AGUINALDO NOGUEIRA

BRASÍLIA — A CPI da máfia do Orçamento descobriu ontem que a declaração de renda do deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) à Receita Federal, em 1989, aponta ativos financeiros insuficientes para justificar os três cheques de US\$ 51 mil, no total, emitidos para o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), em julho daquele ano. O total de ativos financeiros que Genebaldo declarou não chegava sequer à metade dos três cheques.

— Será muito difícil tanto para o Ibsen quanto para o Genebaldo conseguir explicar esses depósitos de US\$ 51 mil — avaliou um integrante da CPI.

A insuficiência de recursos que justifiquem o repasse dos US\$ 51 mil é um dos primeiros resultados do cruzamento preliminar das informações coletadas pela subcomissão de bancos com as declarações de Imposto de Renda obtidas pela subcomissão de patrimônio.

A subcomissão identificou também que o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e outros envolvidos na máfia do orçamento não declaravam tudo o

que movimentavam nas contas bancárias e, além disso, utilizavam um artifício para driblar o “leão”: a partir de 1988 e 1989, quando o Congresso obteve poderes para mexer no orçamento proposto pelo Executivo, eles começaram a transferir seus bens particulares para pessoas jurídicas.

— Houve uma parafernália de **holdings** para abranger os bens particulares — afirmou um dos integrantes da CPI.

O exemplo mais claro é o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG). Numa operação que iniciou em 1988 e terminou na delcaração de 1989, ele repassou seus bens, inclusive a empresa Engesolo, para uma outra empresa — MGL.

Genebaldo Correia e José Geraldo Ribeiro já estão com seus depoimentos marcados para a próxima semana. Genebaldo, que se afastou oficialmente da liderança do PMDB há dois dias, passou o dia de ontem trancado em sua residência no Lago Norte, em Brasília, coletando documentos para apresentar na próxima quinta-feira, quando será ouvido em audiência pública no plenário da CPI. José Geraldo Ribeiro também não estava no Congresso.